

>>> Continuação



CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

PROCERGS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
 CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em R\$ 1.000)

(c) Ajustes de Exercícios Anteriores

Foi registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, o ajuste abaixo. Conforme a NBC TG 23, foi procedida a reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2021, demonstradas a seguir na Nota 10.

AJUSTE NEGATIVO		
Ajuste na conta "PPR a Pagar" referente ao PPR da competência de 2021, paga em 2022.	(10.458)	

8. Resultado do Exercício

(a) Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta foi de R\$490.204 mil apresentando um crescimento nominal de R\$90.187 mil (22,55%) em relação ao exercício de 2021. A Receita está dividida nos segmentos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Administração Direta RS	252.034	193.275
Administração Indireta RS	212.999	169.429
Outros Poderes	11.780	11.164
Outros Mercados	13.391	26.148
Total da Receita Operacional Bruta	490.204	400.016

(b) Custos dos Serviços Prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados a Operação	211.230	194.063
Custos de Insumos ligados a Operação	57.324	46.739
Depreciação e Amortização	8.194	5.507
Outros Custos	464	464
(-) Lei do Bem	(212)	-
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(25.667)	(22.770)
Total dos Custos de Serviços Prestados	251.333	224.003

(c) Despesas Com Vendas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal da Área Comercial	8.329	7.296
Despesas da Área Comercial	2	1
Depreciação e Amortização	5	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	687	524
Total das Despesas com Vendas	9.022	7.827

(d) Despesas Administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal Administrativo	45.687	50.455
Despesas Administrativas	10.614	10.033
Depreciação e Amortização	611	587
Provisão para Contingências	18.293	13.960
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	25.667	22.770
Total das Despesas Administrativas	100.871	97.805

(e) Tributos Sobre o Lucro

O regime de apuração adotado pela Procergs é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. A partir do exercício de 2022, a Companhia passou a utilizar o benefício da Lei do Bem, com a finalidade de reduzir a base de cálculo dos tributos sobre o Lucro. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Após o cálculo das adições e exclusões, demonstrado em livro próprio, apurou-se o Lucro Real de R\$60.134 mil. Foi descontado 30% do lucro real do exercício no valor de R\$18.040 mil, resultando uma base de cálculo no valor de R\$42.094 mil. O valor pago por estimativa no exercício de 2022 de R\$ 10.205 mil referente a IRPJ e R\$ 3.789 mil referente a CSLL está lançado na conta contábil própria de resultado e demonstrado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Dos valores recolhidos por estimativa restou um saldo a recuperar que foi transferido para o ativo circulante no grupo "Impostos a Recuperar e Compensar" no valor de R\$ 1.077 mil e R\$ 395 mil, respectivamente ao IRPJ e CSLL. Ainda resta R\$ 74.769 mil de prejuízos acumulados que poderão ser utilizados na redução da base fiscal do IRPJ e CSLL, limitado a 30% por exercício.

Alíquotas Efetivas	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	78.576	78.576	30.853	30.853
Alíquotas Vigentes	15%	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	11.786	7.072	4.628	2.777
(+) Adições				
Lucro das Faturas recebidas no ano	330.235	330.235	261.040	261.040
Acrescimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.189	23.189	21.626	21.626
Outras Adições	203	203	119	119
(-) Exclusões				
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(340.089)	(340.089)	(280.236)	(280.236)
Baixas e Reversão da Provisão p/contingência trabalhista	(31.852)	(31.852)	(23.474)	(23.474)
Lei do Bem	(128)	(128)	-	-
(=) Lucro Real	60.134	60.134	9.928	9.928
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%	(18.040)	(18.040)	(2.978)	(2.978)
Base de Cálculo	42.094	42.094	6.950	6.950
IRPJ e CSLL a Pagar	6.314	3.789	1.043	625
Adicional de IRPJ de 10%	4.185	-	671	-
Programa de Alimentação do Trabalhador (1)	(252)	-	(65)	-
Prorrogação licença maternidade	(42)	-	-	-
Valor Despesa de IRPJ e CSLL	10.205	3.789	1.648	625
Alíquota Efetiva	12,99%	4,82%	5,34%	2,03%

9. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e também sobre ativos de terceiros que estão em seu poder.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (ctt 5783-00)	Incêndio	227.371
Veículos (ctt 5688-00)	Colisão, incêndio e roubo	350
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	25.286

(b) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que estão em poder da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(c) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto de Assistência da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para complementar a previdência oficial em favor dos seus associados, através das contribuições individuais.

10. Reapresentação das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior

A Companhia está reapresentando os saldos das demonstrações contábeis de 2021, para fins de comparação, em razão da reclassificação de "Ajustes de Exercícios Anteriores" (NE 7.c) através de coluna específica "31/12/2021 Reapresentado", juntamente com as demonstrações de 2022, de acordo com a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O ajuste se deu em função da correção da data de apropriação da despesa do PPR-Programa de Participação de Resultados, alocando a despesa dentro do próprio ano, observando o princípio da competência. Com a alteração, os valores ajustados são os seguintes:

(a) Balanço Patrimonial

No Balanço Patrimonial, as rubricas que variaram, com o ajuste de exercício anterior realizado, foram as abaixo:

Exercício	2021	Ajuste	Saldo em 31/12/2021 Reapresentado
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.683	10.458	21.141
Total Passivo Circulante	107.581	10.458	118.039
Prejuízo Acumulado	(128.894)	(10.458)	(139.352)
Total do Patrimônio Líquido	(13.567)	(10.458)	(24.025)

(b) Demonstração do Resultado do Exercício

Os reflexos no resultado do exercício, são os abaixo:

Exercício	2021	Ajuste	31/12/2021 Reapresentado
Custos dos Serviços Prestados	(215.278)	(8.725)	(224.003)
Despesas com Vendas	(7.580)	(247)	(7.827)
Despesas Gerais e Administrativas	(96.319)	(1.486)	(97.805)
Resultado Líquido do Exercício	28.603	(10.458)	18.145

(c) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ocorreram os ajustes abaixo nos valores de 2021, mas não houve alteração na "Variação Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa".

Exercício	2021	31/12/2021 Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	28.603	18.145
Resultado Líquido Ajustado	34.578	24.120
Aumento Programa de Participação do Resultado - PPR a Pagar	-	10.458

(d) Demonstração das Mutações do patrimônio líquido

Exercício	Lucros/Prejuízos Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
	31/12/2021	31/12/2021 Reapresentado	31/12/2021	31/12/2021 Reapresentado
Prejuízo 2021 antes da reapresentação	(128.894)	(128.894)	(13.567)	(13.567)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(10.458)	-	(10.458)
Prejuízo 2021 após reconhecimento dos Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(139.352)	-	(24.025)

11. Continuidade Operacional

A Companhia desde 2020, vem recuperando seus prejuízos acumulados, com sucessivos resultados positivos. Com isso, foi possível reverter o Patrimônio Líquido Negativo. Também, somando-se aos resultados, houve um aporte de capital no ano de 2022, visando a sustentabilidade operacional da Companhia através do Programa de Investimentos, que foi instituído para organizar e coordenar os projetos responsáveis pela execução dos investimentos decorrentes do aumento de capital realizado pelo Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras foram preparadas com a premissa de continuidade normal das operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, no caso de insucesso das medidas adotadas.

12. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Em 08/02/2023 houve decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, determinando às empresas o pagamento retroativo da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido-CSLL, devida e suspensa por ordem judicial anterior. Esta decisão em nada afeta a Procergs, pois este tributo nunca foi discutido com o fisco, administrativa ou judicialmente. Até o encerramento das Demonstrações não foram identificados outros eventos que pudessem influenciar ou alterar as demonstrações do exercício de 2022.

Diretoria		Contador	
JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL DIRETOR-PRESIDENTE CPF 849.483.377-49	JAIRO RENATO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA DIRETOR DE SISTEMAS TRANSACIONAIS CPF: 221.432.030-04	KAREN MARIA GROSS LOPES DIRETORA DE SOLUÇÕES DIGITAIS DIRETORA DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES CPF 533.611.990-34	JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES CPF 290.548.260-53
RICARDO NEVES PEREIRA Presidente	DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO Conselheiro	RODRIGO SCHNITZER DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO CPF 464.124.090-68	ANDRÉA GONÇALVES ALVES CONTADORA CRC-RS 076.011 CPF 658.564.810-20
Conselho de Administração			
AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES Conselheiro	JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL Conselheiro	JORGE FERNANDO KRUG SANTOS Conselheiro	VICTOR HERZER DA SILVA Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e aos Acionistas da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. Porto Alegre – RS

Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior
 Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs. 7, "c" e 10, que divulgam a reapresentação das demonstrações contábeis de 2021, referente a reclassificação de apropriação de despesa do PPR- Programa de Participação de Resultados relativa a 2021, pago em 2022. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
 A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades administração e da governança pelas demonstrações contábeis
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista

para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



RUSSELL BEDFORD GM
 AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Barueri, 16 de março de 2023.

Roger Maciel de Oliveira
 Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
 Sócio Responsável Técnico

Jorge Luiz Menezes Cereja
 Contador CRC RS 43679/O
 Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social; tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2022. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária."

Eugenio Carlos dos Santos
 Ribeiro Conselheiro Fiscal

Porto Alegre, 16 de março de 2023.
 Izabel Christina Cotta Matte
 Conselheira Fiscal

Alsones Balestrin
 Conselheiro Fiscal